

Vice-Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
GABINETE DE APOIO TÉCNICO DO VALE DOURO SUL**

PRESENÇAS

Vice-Presidente da Câmara Municipal António Pinto Carreira, e os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do senhor Presidente da Câmara Municipal por estar, em representação do Município de Lamego, numa reunião com o EIFP.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** informou que se realizou nos dias 2 e 3 de Julho, nas instalações desportivas do concelho, o Torneio de Futsal dos padres, intitulado "Clericus Cup", sagrando-se vencedor a diocese de Braga, onde o equilíbrio desportivo entre as seleções, o fair-play e o

Vice-Presidente

Secretária

convívio foram uma constante. As rádios e televisões locais e nacionais deram uma cobertura excepcional e ainda houve tempo para uma visita às Caves da Raposeira, onde foram servidos os produtos regionais mais emblemáticos: espumante e bôla.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício enviado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento das Paróquias da Sé e Almacave, agradecendo toda disponibilidade e apoio prestados na celebração das solenidades do Corpo de Deus na cidade de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

TRIBUNAL (COD 64)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício enviado pela Ordem dos Advogados, Delegação de Lamego, referente ao Mapa Judiciário, dando conta de uma reunião realizada no dia 11 de julho de 2012 com as Delegações/Delegados das comarcas de Armamar, Castro Daire, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Nelas, Lamego, Resende, São João da Pesqueira, Sátão, Tabuaço, Viseu (agrupamento de delegações) e Vila Nova de Foz Coa, a qual serviu para analisar os diversos documentos que têm sido publicados pelo Ministério da Justiça relativamente ao designado Mapa Judiciário, tendo chegado à conclusão que as citadas delegações/Delegados são absolutamente contra o encerramento de qualquer Tribunal, tal como não sufragam as razões para este tipo de “Mapa Judiciário”

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas em junho de 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

TRÂNSITO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (COD 62)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da decisão do senhor Presidente da Câmara de atribuir, por proposta da Junta de Freguesia da

Vice-Presidente

Secretária

Sé, os seguintes topónimos, para o Lugar de S. Martinho de Souto, aprovados, por unanimidade, no dia 18 de abril de 2012, pela Assembleia de Freguesia:

Rua de Calvilhe; Av. Sr. da Pedra; Rua da Tamboreira; Rua do Casal; Rua Sr. dos Pecadores; Rua das Quintãs; Quelha da Capela; Largo da Capela; Rua de Baixo; Rua do Pomar; Rua das Carreiras; Rua do Jogo; Caminho das Tapadinhas; Largo do cruzeiro; Travessa do Quelho; Rua do ribeiro; Rua de Fontoura; Rua do Outeiro; Rua dos Loureiros; Caminho dos Moinhos.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício enviado pelo Colégio de Lamego, agradecendo o importante contributo da Câmara Municipal de Lamego, na realização da Festa de encerramento das atividades letivas do Colégio de Lamego e, consequentemente, recolher alguns fundos para ajudar os mais necessitados da paróquia de Almacave.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, datado de 20 de junho de 2012, enviado pelo Diretor do Museu da Presidência da República, agradecendo o apoio prestado pela Câmara Municipal de Lamego, no projeto expositivo *Nós na Arte – Tapeçaria de Portalegre e Arte Contemporânea*. O envolvimento da Câmara Municipal de Lamego foi da maior importância para a bem sucedida concretização desta iniciativa, que no conjunto dos seus seis núcleos (Museu do Douro, Museu de Lamego, Museus do Côa, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Museu do Abade de Maçal, Mosteiro de Santa Maria de Salzedas) foi já visitada por várias milhares de pessoas.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

TURISMO (COD 63)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do e-mail, datado de 6 de julho de 2012, agradecendo o inextinguível contributo decisivo para o sucesso do grande dia de festa do Turismo do Porto e Norte de

Vice-Presidente

Secretária

Portugal que ocorreu com a inauguração da Loja interativa de Turismo de Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, no passado dia 20 de junho.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE JUNHO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 12 de junho de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE ALMACAVE

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 346/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, segundo a qual, face ao pedido da Junta de Freguesia de Almacave, solicita o pagamento da dívida da água, referente às instalações n.ºs 27871, 5679, 23987, 7521, 23975, 24148, 27530 e 27531, em prestações mensais.

De acordo com a informação n.º 405/DMSU, de 08/06/12, foi emitido pela Tesouraria Municipal o respetivo plano de pagamentos em 12 prestações mensais, iguais e sucessivas, que envolve o valor em dívida até ao mês de abril/12 e cujo montante se cifra em 3.642,71€, pelo que propõe à Câmara Municipal se digne deliberar a aprovação do referido plano, onde consta o número de prestações, o valor de cada uma e prazo de pagamento.

Deve ser dado conhecimento ao requerente de que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia da liquidação e que a falta de pagamento de uma das prestações, implica a exigibilidade da totalidade das restantes e a sujeição ao corte imediato do fornecimento de água. Para além do cumprimento do estabelecido no presente plano, deverá manter regularizada a faturação mensal

Vice-Presidente

Secretária

respeitante ao fornecimento de água de todas as instalações prediais, que constam do plano de pagamentos, tomando como referência as faturas do mês de maio.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: LUÍS FRANCISCO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 347/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, segundo a qual, face ao pedido do senhor Luís Francisco, residente na Rua Dr. Justino Pinto de Oliveira, solicita o pagamento da dívida da água, referente às instalações n.ºs 7214 e 7247, em prestações mensais, alegando não ter possibilidades económicas para o fazer na totalidade.

De acordo com a informação n.º 415/DMSU, de 14/06/12, foi emitido pela Tesouraria Municipal o respetivo plano de pagamentos em 12 prestações mensais, iguais e sucessivas, que envolve o valor em dívida até ao mês de abril/12 e cujo montante se cifra em 718,89€, pelo que propõe à Câmara se digne deliberar a aprovação do referido plano, onde consta o número de prestações, o valor de cada uma e prazo de pagamento. O requerente deverá apresentar atestado de insuficiência económica emitido pela respetiva junta de freguesia.

Deve ser dado conhecimento ao requerente de que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia da liquidação e que a falta de pagamento de uma das prestações, implica a exigibilidade da totalidade das restantes e a sujeição ao corte imediato do fornecimento de água. Para além do cumprimento do estabelecido no presente plano, deverá manter regularizada a faturação mensal respeitante ao fornecimento de água da sua habitação, tomando como referência a fatura do mês de maio/12.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

04-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 151/2011 (COD 17)

ARGUIDO: SERGIO MANUEL MONTEIRO BORGES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 348/17/12 do senhor Presidente da Câmara, segundo a qual, ao abrigo do disposto nos artigos 51º e 32º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na sua atual redação, propõe condenar

Vice-Presidente

Secretária

Sérgio Manuel Monteiro Borges, pela prática da contraordenação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, diploma que aprovou o Regulamento Geral do Ruído e punida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 22º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de agosto e pela declaração de Retificação n.º 70/2009, de 1 de outubro, por violação do disposto no artigo 15º, n.º 1 do citado Decreto-Lei, na pena de admoestação.

Mais propõe à Câmara Municipal que a pena de admoestação seja proferida, por escrito, advertindo solenemente o arguido para que, futuramente, não reincida na prática de factos similares, pois caso tal se viesse a verificar, certamente que a realização das finalidades preventivas e punitivas somente ficaria salvaguardada com o recurso a uma medida mais gravosa, traduzível na aplicação de uma coima. No que concerne a sanções acessórias genericamente previstas nos artigos 21º e seguintes do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, não se justifica a sua aplicação no caso concreto.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO Nº. 165/2009 (COD 17)

ARGUIDO: JOSÉ DE OLIVEIRA MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 349/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo segundo a qual, finalizada a instrução do processo de contraordenação mencionado em epígrafe, propõe à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, a absolvição do arguido das contraordenações de que vem acusado e o arquivamento dos presentes autos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

06-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS DA NOSSA SENHORA DA SAÚDE - CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 350/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o

Vice-Presidente

Secretária

lançamento de fogo-de-artifício, no período de 20 a 23 de julho, das 08.00h às 02.00h, para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Saúde, a realizar no Lugar do Fojo, na freguesia de Cepões.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS DE ARNEIRÓS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 351/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício, no período de 14 a 15 de julho, das 08.00h às 04.00h, para as Festas em Honra do Santíssimo Sacramento, a realizar no Lugar de Arneirós, na freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO DA CÂMARA NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 352/27/12 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o n.º 4 do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, estabelece que carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

Vice-Presidente

Secretária

No n.º 8 do mesmo artigo estatuiu-se que *“Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril I”*.

No âmbito do Município de Lamego deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que se não conseguirá sem que, entre outras medidas, à semelhança do que sucedeu para a Administração Central com a Portaria n.º 9/2012, de 03 de Janeiro, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo.

Tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o estabelecido para a Administração Central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no atinente ao universo de contratação necessária para o assegurar do normal funcionamento dos serviços, bem como ao cumprimento das metas consagradas em orçamento e plano de atividades para 2012.

Face aos considerandos enunciados na referida proposta propõe que, face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais supra citadas, a Câmara Municipal delibere:

1. Para efeitos do previsto no n.º 4 e 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação conferida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, nos casos seguintes:

a) Sempre que a adjudicação ocorra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 ou no n.º 4 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, ou ainda nos termos do previsto no artigo 128º do mesmo diploma legal;

b) Independentemente do valor do contrato, sempre que, cumulativamente, os serviços a contratar não configurem a prestação de trabalho subordinado, se destinem à execução de ações para as quais já esteja garantido financiamento alheio no âmbito de programa específico e já tenham sido consagradas em anteriores deliberações da Câmara, designadamente nos casos dos projetos integrados no QREN e contratos programa;

Vice-Presidente

Secretária

2. A contratação a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior não poderá fazer-se sem expressa confirmação de cabimento orçamental a efetuar pela Divisão de Finanças e Património, depois de verificado o cumprimento das demais disposições legais aplicáveis.

3. Até ao término do mês seguinte ao trimestre a que digam respeito deverá a lista dos contratos celebrados ao abrigo do disposto nos números anteriores, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental, ser disponibilizada aos membros do Órgão Executivo.

4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2012.

Deliberado: Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto pela abstenção por duas razões: uma primeira, de caráter político, porque entendo que, face à situação criada pela Lei dos Compromissos os contratos de prestação de serviços da competência da Câmara Municipal devem ser aprovados com a participação do órgão colegial, como é o executivo municipal, daí que, não se vislumbrando qualquer prejuízo pela sua dispensa, considero tratar-se de um mau ato de gestão; a segunda razão, igualmente importante, porque tratando-se de um somatório de encargos acrescidos feitos diretamente, sem a participação e intervenção dos serviços técnicos da Divisão Financeira deste Município, tal procedimento traduz-se, do ponto de vista operacional, no abandono de uma prática corrente e legal”.*

09-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 353/27/12 do senhor Presidente da Câmara, que refere que considerando o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações

Vice-Presidente

Secretária

com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:

a) *Resultem de planos ou programas plurianuais* legalmente aprovados;

b) *Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €)* em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.

Face aos considerandos enunciados propõe que, face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Câmara Municipal remeta a presente à Assembleia Municipal de modo a que delibere, (em reforço do consentimento legal previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho):

1- Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

a) *Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;*

b) *Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil euros)* em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e

Vice-Presidente

Secretária

procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

4- O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2012.

Deliberado: Aprovado por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto pela abstenção, por duas razões: primeiro porque entendo que a Câmara Municipal ao dar esta autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais, está a praticar um mau ato de gestão; segundo porque a dispensa do parecer que incide sobre encargos acrescidos que não vêm instruídos de nenhuma informação técnica, por parte dos serviços da Divisão Financeira deste Município, quebram a operacionalidade de uma prática legal e saudável de assunção de encargos e compromissos, previstos na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.”*

10-ASSUNTO: PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO ESPÍRITO SANTO (COD. 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 354/47/12 do senhor Presidente da Câmara, dando conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 274, de 14 de junho de 2012, emanado da “Lameurbe – Sociedade para o Desenvolvimento de Lamego, S.A.”, relativo ao parque de estacionamento do Espírito Santo, confirmando o seu encerramento por data indeterminada. Tal decisão prende-se com razões de ordem económica e financeira, tornando-se insustentável a sua exploração. Por esse motivo convidam o Município de Lamego a analisar a possibilidade de exploração do referido Parque de Estacionamento.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o pedido formulado pela requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal manifestou a sua preocupação com esta situação e, ao mesmo tempo, disponibilizou-se para, com a “Lameurbe”, encontrar uma solução que evite o encerramento do parque de estacionamento.

Vice-Presidente

Secretária

11-ASSUNTO: QUIOSQUE DA RUA DE FAFEL (COD. 47)**REQUERENTE: MANUEL DE OLIVEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 355/47/12 do senhor Presidente da Câmara, que nesta ata se considera integralmente transcrita e dela fica a fazer parte integrante, que vem acompanhada da informação n.º 274/DAC, datada de 4 de junho de 2012, dando conhecimento que o senhor Manuel de Oliveira, por requerimento datado de 7 de maio de 2012, solicitou à Câmara Municipal autorização para ceder a sua posição contratual de concessionário de uma parcela de terreno com a área de 4,5 m2 para instalação de um quiosque para venda de jornais e revistas, que lhe foi atribuída por deliberação camarária de junho de 2004. Mais refere que pretende efetuar a referida cessão a favor de Ana Maria Prata Machado, uma vez que ela se disponibilizou para adquirir o quiosque existente. Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere se tem interesse em manter o quiosque instalado e se pretende autorizar a cessão de direito de ocupação de espaço de domínio público a título precário ou se pretende extinguir tal direito de ocupação, por conveniência de interesse público.

Deliberado: Face à exposição do requerente a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, extinguir o direito de ocupação, com fundamento no interesse público, e proceder à abertura de um novo concurso público por hasta pública do referido espaço, tendo por base de licitação 25 euros, em condições a estabelecer.

12-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO “IX CLÁSSICA INTERNACIONAL DE LAMEGO – SERRA DAS MEADAS (COD 62)**REQUERENTE: ALB ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CICLISMO, LAMEGO BIKE**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 356/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 432/DMSU, de 25.06.2012, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere Artigo 8º do Dec. Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, que autorize a realização do “IX Clássica Internacional Lamego – Serra das Meadas”, realizado pelo “ALB Associação Desportiva Ciclismo, Lamego Bike”, no dia 2/09/2012, das 09:30h às 13.30h.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Vice-Presidente

Secretária

13-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM FESTAS DO SENHOR DOS AFLITOS – BAIRRO DA PONTE (**COD 62**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSO SENHOR DOS AFLITOS

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 357/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 436/DMSU, de 26.06.2012, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 27 de junho de 2012, no qual autorizou a ocupação de espaço público, no Bairro da Ponte, desde o dia 30/06 ao dia 01/07/2012, para as festas de Nosso Senhor dos Aflitos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE ALMACAVE (**COD 62**)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 358/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, tendo em conta o teor da informação n.º 440/DMSU, de 28.06.2012, seja colocada a seguinte sinalização Vertical na freguesia de Almacave:

- Cedência de passagem (B1) - no entroncamento entre a EN 226-1 e a Urbanização do Relógio do Sol.

O sinal de trânsito anteriormente referido está regulamentado pelo (Dec. Regulamentar n.º 22-A/98, de 01.10, e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002, de 20.08).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

Vice-Presidente

Secretária

15-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO “OLD ROCK CAFÉ” (COD 51)**REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 360/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do senhor Paulo Alexandre Pereira Teixeira, gerente do “Old Rock Café”, propondo que seja ratificado o seu despacho, datado de 6 de julho de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 7 e 8 de julho de 2012. Mais propõe que seja autorizado o mesmo horário, para os dias 14, 15, 21, 22, 28 e 29 de julho de 2012 e 4, 5, 11, 12, 18, 19, 25, e 26 de agosto de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 359/27/12 do senhor Presidente da Câmara, que refere os seguintes considerandos:

“Considerando o disposto na alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, considera quais as verbas que se encontram disponíveis a muito curto prazo, para o cálculo e determinação dos Fundos Disponíveis para o trimestre seguinte.

O disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, considera como Fundos Disponíveis as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenha sido comprometido ou gastado, conforme as expostas nas alíneas do presente.

O artigo 7.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro refere que a execução orçamental não pode conduzir a um aumento dos pagamentos em atraso, dado que não se verifica à data.”

Vice-Presidente

Secretária

Mais refere que, na presente data, o Município de Lamego não se encontra em violação do disposto no parágrafo anterior, pelo que pode beneficiar da aplicação da exceção constante no n.º 1 do artigo 4º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Refere, igualmente que, a lei permite, a título excecional, acrescer aos Fundos Disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal. – cf. disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4º da lei mencionada em ponto anterior.

Face aos considerandos enunciados propõe que, em face do exposto e ao abrigo das disposições legais supra citadas, a Câmara Municipal de Lamego, delibere o aumento temporário de Fundos Disponíveis:

1. No montante de 4.054.559,23 €, relativamente a receitas consignadas a obras com comparticipação comunitária, de transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro Referência Estratégico Nacional

Empreitadas Sujeitas a Comparticipação FEDER	Receita FEDER
Arruamento de Ligação da EN 226 a Vila Meã - Ferreirim	131.913,92
Recuperação e Adaptação do Edifício denominado Padaria do Cantinho	187.167,57
Reconstrução da Casa dos Bordalos para Cenrto Design e Estudos da Prata	165.624,50
Requalificação do Cais de Bagaúste e Adaptação para Despostos não Motorizados	771.935,85
Circular Externa de Lamego - 1.ª Fase	106.268,85
Ampliação e Requalificação da Escola do 1.º CEB N.º 2 de Lamego - Centro Escolar	345.041,79
Centro de Atividades Ocupacionais do Castelo em Lamego	108.476,84
Requalificação do Largo da Feira	955.841,37
Recuperação da Torre do Castelo p/ Instalação do museu Militar e Requalificação da Praça das Armas	128.893,78
remodelação da Cisterna de Lamego p/ Instalação do Centro Exposições do Castelo	112.331,55
Parque de Estacionamento de Almacave	207.822,58
Requalificação do Espaço Público do Bairro do Castelo - 1.ª Fase - Rua da Olaria	86.806,96
Reconstrução do Solar da Porta dos Figos p/ Instalação do Centro de Artes e Ofícios Tradicionais	318.908,46
Reconstrução do Solar da Porta dos Figos p/ Instalação do Centro de Acolhimento de Artistas	241.560,66
Parque de Esatacionamento da Sé	66.632,84
Circular externa de Lamego - 2.ª Fase	119.331,71
Total da Receita FEDER	4.054.559,23

Vice-Presidente

Secretária

(QREN), que se encontram devidamente homologadas e com contratos assinados em vigor, conforme quadro exposto:

2. No montante de 468.313,86 €, que deriva da construção de infraestruturas de água, saneamento, águas pluviais e novo arruamento, designado de Acesso Secundário ou de serviço, do Hospital de Proximidade de Lamego; Nos termos do Acordo n.º 46-A/99, publicado no Diário da República de 14/07/99 e com a Adenda Acordo n.º 1/2003, publicado no Diário da República de 13/01/2003, em que a instituição, à data, Direção Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde se comprometeu a pagar / efetuar o pagamento acima exposto.

Deliberado: Aprovado, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

17-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS DE SOUTO CÔVO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 361/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja ratificado o seu despacho, datado de 9 de julho de 2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-artifício, no dia 14 de julho, das 00.00h às 00.10h e no dia 15 de julho das 12.00h às 12.30h, para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Ajuda, a realizar no Largo da Escola em Souto Covo, na freguesia de Almacave.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS DE S. BENTO - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 362/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja ratificado o seu despacho, datado de 9 de julho de 2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-artifício, no dia 13 de julho, das 08.00h às 12.00h, dia 14 de julho das 08.00h às

Vice-Presidente

Secretária

12.10h e no dia 15 de julho das 08.00h às 00.00h, para as Festas em Honra de S. Bento, a realizar em Rossas, na freguesia de Ferreirim.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: PROPOSTA DE PUBLICIDADE (COD 53)

REQUERENTE: RECLACAMBRA, PUBLICIDADE E SERVIÇOS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 363/53/12 do senhor Vereador Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento da proposta de afixação de publicidade que a firma “reclacambra, Publicidade e Serviços Lda.”, apresentou a este Município, dividida da seguinte forma:

1. Painéis de Publicidade de 24m2 (8x3) - quantidade de painéis: 3;
2. Painéis de Publicidade de 12m2 (4x3) - quantidade de painéis: 4;
3. Sinais informativos de 1,60 x 0,40m colocados em postes - quantidade de placas 32 e postes: 32.

A proposta de ocupação de espaço do domínio público para a utilização destes equipamentos destinados a publicidade é de 5 (cinco) anos, conforme especificada na proposta.

A empresa, para além de pagar as respetivas taxas devidas ao Município por esta utilização, propõe-se, como contrapartida, a fornecer ao Município 100 (cem unidades) sinaléticas de rua, conforme modelos em anexo (a decifrar) na “PROPOSTA DE FORNECIMENTO - (contrapartida)”.

A proposta é acompanhada dos mapas com as respetivas localizações pretendidas para as várias situações de publicidade.

Assim propõe que a Câmara Municipal analise e delibere sobre a proposta apresentada.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, manifestar interesse na proposta apresentada pela firma “reclacambra, publicidade e serviços, Lda.”, cujas implicações deverão, previamente, ser analisadas no seu conjunto pelo senhor Vereador Jorge Guedes Osório, tendo os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte votado pela abstenção.

A senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte proferiu a seguinte declaração de voto: “*Dado que a proposta apresentada não está acompanhada com elementos suficientes para a sua compreensão e análise, abstenho-me.*”

Vice-Presidente

Secretária

20-ASSUNTO: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A BEIRADOURO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO DOURO (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 364/52-A/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, face às dificuldades que a economia do País hoje em dia atravessa, com os consequentes reflexos nas economias locais, torna-se necessário que os Municípios se envolvam diretamente em ações concertadas com outras entidades públicas e privadas no sentido de fomentar o consumo dos produtos locais, motivando os seus produtores com o aumento das vendas.

Ao mesmo tempo a troca de experiências com outras regiões vem aumentar o nível de intervenção do Município, junto dos seus parceiros, criando inovação no que respeita à promoção e comercialização dos respetivos produtos.

Igualmente o lançamento de novos eventos locais ligados à promoção dos produtos locais de qualidade, traz para o Município uma maior notoriedade obtida não só através da divulgação feita pela comunicação social, como de quantos nos visitam aquando desses eventos, aumentando desde logo o número de visitantes, com reflexo imediato na economia do comércio e serviços locais.

Dispondo o Município de Lamego de condições especiais, no que diz respeito a toda a região do Douro, para a realização de eventos e ações de promoção dos produtos locais de qualidade, importa implementar a utilização destes espaços, colocando-os à disposição do desenvolvimento da economia local.

Assim e de acordo com a alínea l) do nº2 do artº 64º e do artº 67º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe à Câmara Municipal a aprovação da minuta de protocolo, tendo em vista a sua implementação.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a minuta de protocolo a celebrar com a BeiraDouro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, com as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte, tendo proferido a seguinte declaração de voto: *“Em face do forte constrangimento orçamental vivido pelo Município, por vezes, torna-se difícil cumprir os protocolos com as Associações/Clubes Desportivos, tratá-los com equidade é um imperativo. A*

Vice-Presidente

Secretária

presente proposta de deliberação não está acompanhada de dotação orçamental e correspondente cabimentação. Por este facto abstenho-me.”

21-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DO 1º CEB N.º 2 DE LAMEGO – CENTRO ESCOLAR (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 365/41/12 do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 297, de 21 de junho de 2012, emanada da Divisão de Obras Municipais, seja ratificado o seu despacho datado de 28 de junho de 2012, no qual autorizou a prorrogação de prazo para a execução dos trabalhos mencionados em epígrafe, até final do mês de julho de 2012.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

22-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DA FEIRA SEMANAL (COD 25)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 366/25/12 do senhor Vereador Desenvolvimento Económico, que refere que, tendo em conta as obras que estão a ser realizadas referente ao Pavilhão Multiusos, houve necessidade de proceder ao corte da faixa de rodagem do troço ascendente da Av. D. Jacinto Botelho/Rotunda Dr. Fernando Amaral, o que implicou o cancelamento da Feira Semanal do passado dia 05 de Julho.

Dada a importância que a Feira Semanal tem para a dinamização do comércio de Lamego, bem como tendo em conta o momento económico que afeta todos os setores, incluindo também os Feirantes, torna-se necessário retomar de imediato a Feira Semanal, já nesta próxima 5ª feira.

Assim, propõe à Câmara Municipal que os Feirantes afetados pelas obras acima mencionadas:

1. Sejam transferidos para a parte ascendente da Avenida Dr. Alfredo de Sousa, desde o entroncamento com a Rua Dr. Justino Pinto de Oliveira e até ao túnel do Escadório do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, ficando o trânsito interdito no período da manhã desde as 06h00h até às 15h00h;
2. Seja proibido o estacionamento neste espaço da Avenida Dr. Alfredo de Sousa nesse mesmo período de tempo;
3. Que estes condicionalismos sejam extensivos à Rua D. Dinis e Praceta D. Dinis;
4. Que sejam asseguradas as necessárias circulações de emergência;

Vice-Presidente

Secretária

5. Que os serviços municipais intervenientes nestas atividades reformulem as suas intervenções, tendo em conta as alterações aqui propostas.

Propõe, ainda, que estas medidas aplicadas a estes espaços estejam em vigor até que se possa retomar o espaço anteriormente utilizado, ou outro considerado justificado para o efeito, prevendo um período de 5 semanas para a duração da Feira Semanal neste espaço provisório.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

23-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

24-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e vinte minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Vice-Presidente,

A Secretária